

PAINEL SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL¹

O QUE É?

Genericamente, são todas as iniciativas de escolarização - formal e informal - levadas a cabo juntos aos povos indígenas, em suas comunidades ou em torno delas, desde que exclusivamente para eles.

Nem todas as escolas indígenas são bilíngües. Dada a especificidade de cada uma, especificidade esta determinada pela história de contato de cada etnia, as escolas indígenas podem, devem **ou não** ser bilíngües. A Constituição Brasileira reconhece a pluralidade étnica e o multilingüismo da sociedade brasileira.

OS NÚMEROS

Não existem. A FUNAI fez um levantamento da situação das escolas em áreas indígenas no início dos anos 90, mas não foram integralmente processados. Por não serem reconhecidas e, além disso, nem sempre terem o formato convencional de "escolas", não se conhece quantas escolas são, quem são responsáveis por elas etc

QUEM FAZ O QUÊ?

> MEC:

desde 1990, pelo Decreto 26/90, assume a função que era da FUNAI: dar as diretrizes e coordenar as ações referentes à educação indígena no País. Só recebem verbas do MEC para Educação Indígena as secretarias estaduais que, via PTAs, incluem em seus orçamentos gerais uma parcela para a educação indígena. O mesmo vale para as secretarias municipais. Essas têm sido incentivadas a criar, no seu organograma, os Núcleos de Educação Indígena (ver abaixo).

O MEC tem uma **Assessoria de Educação Indígena** vinculada, na gestão anterior, à Secretaria de Ensino Fundamental. A Assessoria, se melhor aparelhada, seria uma instância coordenadora e executora das funções a ela atribuída. Um comitê interinstitucional (**Comitê de Educação Escolar Indígena**), de caráter consultivo, foi instituído por Portaria para orientar a Assessoria. Reúne representantes das comunidades indígenas no Norte, Sul, Leste, Nordeste e Centro Oeste brasileiros, ABA, ABRALIN, Universidades, ONGs, Secretarias Estaduais de Educação, FUNAI e do próprio MEC

> FUNAI:

mantém somente aquelas escolas cujos professores são contratados pelo órgão. Não tem mais verbas para manutenção, aperfeiçoamento e supervisão do trabalho porventura iniciado. A FUNAI depende dos estados ou municípios para fornecimento de material escolar, reformas ou qualquer tipo de demanda que compromete verbas além do salário do professor. Além disso, ela responde por alguns adolescentes ou jovens residentes em Brasília ou demais cidades que têm uma superintendência

¹ preparado por Marina Kahn, do Instituto Socioambiental, representante das ONGs no Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC

regional do órgão e que estão cursando o 2º grau nessas cidades. A FUNAI recebe, para algumas de suas escolas cadastradas, merenda e material da FAE.

> SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

São poucas as que têm, efetivamente, um programa específico para escolas indígenas. O estado do Tocantins é o único que destinou verbas para montar programas, capacitar quadros (indígenas e não indígenas), construir e equipar escolas. Outros estados têm, em suas secretarias estaduais de educação, os Núcleos de Educação Indígena - NEIs, que procuram aglutinar ações específicas neste sentido, assessorando inclusive municípios, como é o caso do Mato Grosso do Sul.

Rondônia, Acre, Paraná e Minas Gerais demonstraram vontade política de dedicarem-se mais atentamente à questão. Estados como Amazonas, Amapá, Maranhão e Mato Grosso, com expressiva população indígena, ainda não se mobilizaram satisfatoriamente.

> ONGs:

implementam trabalhos de formação de professores índios e assessoram secretarias estaduais e/ou municipais quando solicitadas. Não contratam professores (com algumas e raras exceções) nem constroem escolas. As ONGs mais representativas neste tema, em termos de amplitude e duração dos trabalhos² são:

- **Comissão Pró-Índio do Acre:** capacita, acompanha e assessora há 15 anos, por volta de 40 professores indígenas de 9 etnias diferentes, para o ensino de 1º grau, em áreas indígenas do Acre e Sul do Amazonas. Trabalho financiado por agências internacionais de cooperação.

- **Magüta - Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões:** capacita, acompanha e assessora o trabalho de aproximadamente 180 professores Tikuna, no Alto Solimões (AM); construiu, montou e mantém um Museu, Biblioteca e Centro de Referência Cultural Tikuna que atende aos índios e também à população urbana de Benjamin Constant, Tabatinga e redondezas. Financiou e apoia os trabalhos da Casa de Estudos Tikuna, onde ocorrem bi-anualmente os cursos de formação. O MEC já financiou algumas etapas deste trabalho. Trabalho parcialmente financiado por agências internacionais de cooperação

- **Centro de Trabalho Indigenista:** acompanha e assessora o trabalho de professores indígenas de 6 etnias diferentes: Guarani (SP), Terena e Kadiwéu (MS), Krahô (TO), Gavião (PA); forma professores indígenas Waiãpi (AP), Krahô e Kadiwéu. Fornece bolsa de manutenção para 1 professor Krahô. Trabalho financiado por agências internacionais de cooperação.

> MISSÕES RELIGIOSAS:

Dependendo da organização, varia o tipo de intervenção.

O trabalho mais tradicional foi implantado e até hoje mantido pelas Missões: Salesiana (no Mato Grosso e Amazonas/S. Gabriel da Cachoeira) e Capuchinhos (Pará e Amazonas). A igreja católica, atualmente, segue as diretrizes traçadas pelo CIMI, cujo trabalho com educação fica restrito à assessoria de escolas, professores ou organizações de professores indígenas. Algumas e pouquíssimas Prelazias ou Dioceses remuneram professores brancos incumbidos sempre de formar quadros indígenas. Em algumas regiões do país atuam muito no sentido de implantar currículos diferenciados de 2º grau para alunos indígenas (Oiapoque, por exemplo)

O trabalho escolar mais contundente e convencional é feito pelas Missões de Fé fundamentalistas. Encarregam-se de alfabetizar os índios, geralmente em língua materna, com o objetivo de conversão. "Alfabetização em língua materna e transição

² Há outras ONGs com trabalhos em educação indígena. O caráter sintético deste documento impede mencioná-las.

para o português³ é o programa escolar mais freqüente dessas organizações religiosas. Atualmente nenhuma Missão têm autorização formal de manter-se nas Áreas Indígenas - os últimos convênios com a FUNAI expiraram em 1991/1992. A tradição, a falta de alternativas e o aval dos índios mantêm este tipo de educação formal religiosa em muitas aldeias indígenas no país.³

O QUE FALTA SER FEITO

> pelo MEC:

- se fazer presente nos estados e municípios no sentido de garantir que os orçamentos contemplem verbas para as escolas indígenas. As DEMECs demonstraram grande imobilismo neste sentido;
- elaborar, com urgência, um amplo levantamento de dados sobre todas as escolas indígenas e seus programas de trabalho, de forma a possibilitar o conhecimento sistematizado sobre elas. Este cadastramento certamente facilitará a operacionalização das ações do MEC e, a longo prazo, facilitarão o reconhecimento dessas escolas.
- coordenar os diferentes trabalhos que já vêm sendo feitos por órgãos não-oficiais, no sentido de fornecer referência para quem atua ou quer atuar em projetos de educação indígena;
- montar uma equipar capacitada na Assessoria de Educação Indígena, de forma a garantir a execução de suas funções: a) orientar, acompanhar, aperfeiçoar e controlar as escolas indígenas e seus programas educacionais; b) formar quadros indígenas e não indígenas para atuarem nas escolas; c) acompanhar, orientar e fiscalizar o trabalho das secretarias estaduais de educação dentro das diretrizes e normas legais que regem a educação indígena no país.

> pela FUNAI

- contribuir para o levantamento e divulgação dos dados;
- contribuir com o apoio logístico, nas Áreas Indígenas, aos professores não indígenas, de forma a garantir sua permanência por períodos prolongados longe das cidades;
- contribuir na formulação de propostas conjuntas de trabalho.

> pelas ONGs

- formular programas conjuntos de capacitação de quadros;
- assessorar Núcleos de Educação Indígena à âmbito estadual e municipal;
- formar quadros indígenas e não-indígenas;
- dialogar com Universidades para ações conjuntas na capacitação de quadros.

³ Não há números exatos de escolas mantidas por Missões de Fé nas aldeias indígenas. A FUNAI não tem os dados. As próprias Missões não fornecem os números exatos. O Instituto Socioambiental tem um levantamento sobre a presença missionária em Áreas Indígenas, mas não especifica a abrangência de sua atuação no âmbito escolar.